
QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura Ltda. e empresa controlada

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2017
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Quotistas
QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura Ltda. e controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura Ltda. e da QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura Ltda. e sua controlada em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura Ltda.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.




QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura Ltda.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de março de 2018


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura Ltda. e Empresa controlada
 Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro
 Em R\$ (Reais)

		Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
ATIVO					
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes a Caixa	(4)	1.363.877	490.428	1.452.362	1.037.450
Contas a Receber	(8)	8.812.487	5.698.259	9.025.379	5.805.206
Partes Relacionadas	(21)	17.925	0	17.925	0
Impostos e contribuições a recuperar		97.226	81.140	97.226	81.140
Despesas Antecipadas	(5)	35.430	35.524	43.639	35.524
Adiantamentos a Fornecedores	(6)	7.218.861	118.609	8.504.487	682.262
Outros Ativos	(7)	54.928	31.229	54.928	31.228
Total do ativo circulante		17.600.735	6.455.187	19.195.947	7.672.810
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Contas a Receber	(8)	39.000	80.250	39.000	80.250
Partes Relacionadas	(21)	2.221.291	518.270	1.529.076	463.087
Receitas a Faturar	(8) (9)	5.019.079	2.660.834	5.019.079	2.660.834
Outros Ativos não Circulantes	(10)	3.050.000	0	3.050.000	0
Ativo Imobilizado e Intangível	(11)	287.763.731	263.383.699	301.814.319	269.409.381
Investimento em Empresa Controlada	(12)	11.041.775	7.155.169	0	0
Total do ativo não circulante		309.134.875	273.798.221	311.451.474	272.613.551
Total do ativo		326.735.610	280.253.408	330.647.421	280.286.361
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
PASSIVO CIRCULANTE					
Contas a Pagar	(13)	8.132.576	4.082.108	8.538.744	4.082.108
Provisões	(14)	8.396.257	5.751.153	8.396.257	5.751.153
Partes Relacionadas	(21)	668	62.707	668	62.707
Salários e Relacionados a Pagar	(15)	4.128.542	3.312.810	4.128.542	3.312.810
Impostos a Pagar	(16)	1.438.581	1.959.244	1.504.873	1.992.197
Outros Passivos		149.954	140.371	149.954	140.371
Total do passivo circulante		22.246.579	15.308.392	22.719.038	15.341.345
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Provisão para desmobilização	(17)	4.854.509	3.550.198	4.854.509	3.550.198
Partes Relacionadas	(18)	21.548.867	0	24.988.220	0
Total do passivo não circulante		26.403.376	3.550.198	29.842.728	3.550.198
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social Integralizado	(19)	355.212.000	265.212.000	355.212.000	265.212.000
Capital Social a Integralizar		-51.158.339	0	-51.158.339	0
Adiantamento para futuro aumento de capital		0	21.660.491	0	21.660.491
Prejuízos acumulados		-25.968.006	-25.477.673	-25.968.006	-25.477.673
Total do patrimônio líquido		278.085.655	261.394.818	278.085.655	261.394.818
Total do passivo e patrimônio líquido		326.735.610	280.253.408	330.647.421	280.286.361

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura Ltda. e Empresa controlada
 Demonstrações do Resultado
 Exercícios findos em 31 de Dezembro
 Em R\$ (Reais)

		Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	(20)	67.634.538	53.848.429	67.565.929	53.807.290
Custos com Depreciação e Amortização		(18.799.123)	(15.284.112)	(18.819.054)	(15.284.112)
Outros Custos de Operação	(22)	(30.996.514)	(24.675.968)	(29.139.297)	(23.577.683)
CUSTOS DE OPERAÇÃO		<u>(49.795.637)</u>	<u>(39.960.081)</u>	<u>(47.958.351)</u>	<u>(38.861.795)</u>
LUCRO BRUTO		17.838.902	13.888.348	19.607.578	14.945.494
Participação nos lucros de controlada	(12)	1.088.865	925.993	-	-
Perdas com baixas de ativos fixos		(2.323.049)	(5.222.122)	(2.323.049)	(5.229.709)
Despesas gerais e administrativas	(23)	(16.899.057)	(17.162.112)	(17.396.095)	(17.220.451)
PREJUÍZO OPERACIONAL		(294.339)	(7.569.893)	(111.566)	(7.504.665)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS					
Receitas Financeiras		92.909	308.415	103.490	342.890
Despesas Financeiras		(288.903)	(143.253)	(301.747)	(144.326)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS		<u>(195.994)</u>	<u>165.162</u>	<u>(198.258)</u>	<u>198.564</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(490.333)	(7.404.731)	(309.823)	(7.306.102)
Imposto de renda e contribuição social		-	-	180.510	98.629
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(490.333)</u>	<u>(7.404.731)</u>	<u>(490.333)</u>	<u>(7.404.731)</u>
Quantidade de quotas:		29.601	22.101	29.601	22.101
PREJUÍZO POR QUOTA		(17)	(335)	(17)	(335)

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura Ltda. e Empresa controlada
Demonstrações do resultado abrangente
Exercício findos em 31 de dezembro
Em R\$ (Reais)

	2017	2016
Prejuízo do exercício	<u>(490.333)</u>	<u>(7.404.731)</u>
Outros componentes do resultado abrangente	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(490.333)</u></u>	<u><u>(7.404.731)</u></u>

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura Ltda. e Empresa controlada
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Em R\$ (Reais)

	Capital social	Capital a Integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)	265.212.000	-15.395.094	0	-18.072.942	231.743.964
Capital Integralizado		15.395.094			15.395.094
Adiantamento para futuro aumento de capital			21.660.491		21.660.491
Prejuízo do exercício				-7.404.731	-7.404.731
Em 31 de dezembro de 2016	265.212.000	0	21.660.491	-25.477.673	261.394.818
Aumento de Capital	(19) 90.000.000	-51.158.339	-21.660.491		17.181.170
Prejuízo do exercício				-490.333	-490.333
Em 31 de dezembro de 2017	355.212.000	-51.158.339	0	-25.968.006	278.085.655

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura Ltda. e Empresa controlada

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de Dezembro

Em R\$ (Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Prejuízo do exercício	(490.333)	(7.404.731)	(490.333)	(7.404.731)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	19.137.891	15.560.816	19.157.823	15.560.816
Créditos de liquidação duvidosa	13.580	1.288.271	13.580	1.288.271
Perda na alienação de ativos	2.323.049	5.222.122	2.323.049	5.229.710
Despesa cumulativa - ARO	289.281	204.507	289.281	204.507
Investimento em Controlada/Coligada	(1.088.865)	(925.993)	-	-
Alterações nos Ativos e Passivos Operacionais				
Diminuição (Aumento) no Ativo:				
Contas a Receber de Clientes	(3.127.808)	(1.379.175)	(3.233.753)	(1.398.310)
Impostos a Recuperar	(16.086)	(58.603)	(16.086)	(58.603)
Partes Relacionadas	(2.815.665)	(2.551.306)	(17.925)	(784.306)
Receitas a Faturar	(2.358.246)	(1.925.896)	(2.358.246)	(1.925.896)
Outros Ativos	(11.835.630)	(21.332)	(11.928.780)	(539.774)
Aumento (Diminuição) no Passivo:				
Contas a Pagar e Provisões	6.695.573	7.294.042	7.101.741	7.289.042
Salários e Relacionados a Pagar	753.694	(110.383)	753.694	(110.383)
Impostos a Pagar	1.301.872	1.599.993	1.335.210	1.599.879
Outros Passivos	9.580	37.791	9.580	37.790
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:	<u>8.791.887</u>	<u>16.830.123</u>	<u>12.938.835</u>	<u>18.988.013</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:				
Investimento no imobilizado	(46.648.474)	(57.304.898)	(54.693.312)	(59.054.094)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(46.648.474)</u>	<u>(57.304.899)</u>	<u>(54.693.312)</u>	<u>(59.054.094)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:				
Empréstimos obtidos de partes relacionadas	21.548.867	-	24.988.220	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	21.660.491	-	21.660.491
Integralização de Capital Social	17.181.170	15.395.094	17.181.170	15.395.094
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<u>38.730.037</u>	<u>37.055.585</u>	<u>42.169.389</u>	<u>37.055.585</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA	873.449	(3.419.191)	414.912	(3.010.496)
CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA, Início do Exercício	490.428	3.909.619	1.037.450	4.047.946
CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA, Final do Exercício	<u>1.363.877</u>	<u>490.428</u>	<u>1.452.362</u>	<u>1.037.450</u>

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura Ltda. e empresa controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro 2017

Em R\$ (Reais)

1. Contexto Operacional

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura Ltda (“QMC Telecom” ou “Empresa”) foi constituída em 17 de Maio de 2011. A Empresa desenvolve, adquire, opera e gerencia macro sites, *roof tops* e *small cells* no Brasil e tem como principal acionista QMC Telecom Brazil, L.P.

Durante o exercício de 2013, a Empresa investiu em uma nova empresa (e única subsidiária), Paraná Terras Ltda, que é 99,99% controlada pela Empresa. A principal atividade da Paraná Terras Ltda é de compra e venda ou arrendamento de imóveis, bem como a locação dos mesmos à terceiros.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC PME).

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC PME) e são apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.2 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Empresa tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Empresa controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Empresa. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Empresa são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Empresa.

(b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa e, também, a sua moeda de apresentação.

(b) Operações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas na moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício, são reconhecidos na demonstração do resultado, em rubrica de receitas e despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Empresa não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber por aluguel de infraestrutura para telefonia celular no curso normal das atividades da Empresa de um número relativamente pequeno de inquilinos no setor de telecomunicações. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

São também registradas líquidos de provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionados com perdas estimadas resultantes do não recebimento dos valores pelo pagamento dos clientes. Estas provisões são geralmente estimadas com base em padrões de pagamento, vencimentos das faturas e pagamentos recebidos históricos e incorporam mudanças nas condições econômicas que podem não ser refletidas nos montantes históricos, tais como clientes em falência, liquidação ou reorganização. Recebíveis são baixados contra perdas quando eles são identificados como incobráveis. Tal determinação inclui análise e consideração das condições particulares de cada conta.

2.6 Receitas a faturar

As receitas a faturar da Empresa estão associados com locações de inquilinos não canceláveis que contêm cláusulas de escalonamento fixo sobre os termos do contrato de locação aplicável, em que a receita é reconhecida pelo método linear durante o prazo da locação.

2.7 Ativo Imobilizado

Torres, roof tops e small cells são registrados ao custo de aquisição acrescidos dos custos de desmobilização, conforme determina o CPC 27 - "Ativo Imobilizado", deduzido das depreciações acumuladas. Estes equipamentos têm sua vida útil revisada anualmente. A depreciação dos bens é calculada usando o método linear considerando os seus respectivos valores residuais, durante a vida útil estimada, conforme abaixo:

	<u>Anos</u>	
Torres e <i>roof tops</i>	13 a 25	
Small Cells	duração	do
	contrato	
Computadores e periféricos	5	
Equipamentos de comunicação	5	
Veículos	5	
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	duração	do
	contrato	

Assim como a vida útil, os valores residuais dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, anualmente. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

2.8 Ativo Intangível

São compostos por direito de superfície da Empresa controlada Paraná Terras e direito de exploração de site. Tais intangíveis são amortizados de acordo com o prazo de contrato assinado entre QMC/Paraná Terras e a proprietária do espaço.

2.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos

circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.10 Provisão para desmobilização

A provisão é realizada tendo como base os custos estimados a incorrer na desmobilização de torres e roof tops instalados em imóveis alugados de terceiros, de forma a registrar a melhor estimativa, a valor de mercado, do montante de recursos necessários, conforme determina o CPC 27 - "Ativo Imobilizado" e ICPC 12 - "Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares".

2.11 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, por meio de aplicação de uma taxa de desconto acrescida dos efeitos de impostos sobre o lucro, que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é contabilizado como despesa financeira.

2.12 Capital social

As quotas são classificadas no patrimônio líquido.

2.13 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida quando o serviço/aluguel é prestado. A receita da Empresa de arrendamento mercantil, incluindo cláusulas de inflação fixas presentes em contratos de arrendamento, é reportada linearmente ao longo do prazo dos contratos de arrendamento quando a receita é razoavelmente assegurada. As cláusulas de escalabilidade ligadas a índices baseados na inflação e outros incentivos presentes em contratos de arrendamento com os clientes da Empresa são excluídos do cálculo linear.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Empresa faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo.

(a) **Créditos de liquidação duvidosa** (Redução ao valor recuperável de contas a receber)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas por departamento responsável, e de acordo com o estágio de cobrança, é estimado um montante de provisão a ser constituída, que pode representar um percentual do título de acordo com o histórico ou sua totalidade.

(b) **Provisão para desmobilização**

A Empresa efetua o cálculo a estimativa para amortização da provisão de desmobilização tendo como base os estudos realizados por seus engenheiros e especialistas, que levam em consideração dados da indústria e estimativas do período de desmobilização das torres e roof tops.

(c) **Baixa de Imobilizado em Andamento**

A Empresa efetua a análise mensal de seu imobilizado em andamento observando o estágio de cada projeto. A política para análise da elegibilidade de baixa para perda segue o seguinte preceito:

Status “Buffer” por 24 meses;

Status “On Hold” por 15 meses;

Status “Embargado” por 12 meses;

Status “Cancelado” por 3 meses;

Cada projeto classificado nos status acima será analisado pelas diretorias Comercial e Operações, definindo assim se o projeto deverá ou não ser baixado como perda.

4. Caixa e Equivalentes a Caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixas e bancos	1.044	685	1.050	696
Aplicações Financeiras	<u>1.362.833</u>	<u>489.743</u>	<u>1.451.312</u>	<u>1.036.754</u>
	1.363.877	490.428	1.452.362	1.037.450

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações de renda fixa junto ao Banco Itaú, por meio de Certificados de Depósito Bancário (CDB) que oferecem uma rentabilidade que aumenta conforme o prazo de permanência dos recursos aplicados. A rentabilidade é diária e atrelada à taxa do DI (taxa média dos depósitos interfinanceiros, calculada e divulgada diariamente pela CETIP).

5. Despesas Antecipadas

Refere-se a desembolso de caixa ou obrigações em que os benefícios correspondentes serão aplicadas à Empresa ao longo do tempo. São reconhecidas como despesas mensalmente conforme sua utilização.

6. Adiantamentos a Fornecedores

Refere-se em sua grande parte a adiantamentos realizados a fornecedores relacionados a construção de novas torres.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores	<u>7.218.861</u>	<u>118.609</u>	<u>8.504.487</u>	<u>682.262</u>
	7.218.861	118.610	8.504.487	682.262

7. Outros Ativos

Referem-se a valores de adiantamento a funcionários.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Funcionários	<u>54.928</u>	<u>31.228</u>	<u>54.928</u>	<u>31.228</u>
	54.928	31.229	54.928	31.228

8. Contas a Receber

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Contas a receber circulante	11.088.775	7.960.967	11.301.667	8.067.914
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-2.276.288	-2.262.708	-2.276.288	-2.262.708
Contas a receber circulante	8.812.487	5.698.259	9.025.379	5.805.206
Receitas a faturar	5.019.079	2.660.834	5.019.079	2.660.834
Depósito garantia	39.000	80.250	39.000	80.250
Contas a receber não circulante	5.058.079	2.741.084	5.058.079	2.741.084

O contas a receber de clientes tem a seguinte composição por idade de vencimento em 31 de dezembro de 2017 e 2016, e não incluem receitas a faturar e depósito em garantia:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Títulos a vencer	7.006.596	5.578.768	7.219.488	5.685.715
Títulos vencidos até 30 dias	1.619.311	262.365	1.619.311	262.365
Títulos vencidos de 31 a 60 dias	34.997	78.382	34.997	78.382
Títulos vencidos de 61 a 90 dias	60.907	99.221	60.907	99.221
Títulos vencidos de 91 a 120 dias	27.074	68.217	27.074	68.217
Títulos vencidos de 121 a 150 dias	27.074	149.926	27.074	149.926
Títulos vencidos de 151 a 180 dias	36.526	152.308	36.526	152.308
Títulos vencidos a mais de 181 dias	2.276.288	1.571.780	2.276.288	1.571.780
	<u>11.088.775</u>	<u>7.960.967</u>	<u>11.301.667</u>	<u>8.067.914</u>

A política de provisão para crédito de liquidação duvidosa consiste na provisão de títulos vencidos a mais de 180 dias. Adicionalmente, a Empresa avalia títulos que apresentem alto risco de não recebimento e excluem as operações com partes relacionadas.

A movimentação do saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	-2.262.708	-974.437	-2.262.708	-974.437
Adições	-711.480	-1.850.575	-711.480	-1.850.575
Baixas	697.900	562.304	697.900	562.304
Saldo final	<u>-2.276.288</u>	<u>-2.262.708</u>	<u>-2.276.288</u>	<u>-2.262.708</u>

9. Receitas a faturar

A QMC possui contratos de longo prazo assinados com os seus clientes, onde em alguns casos há cláusulas de período de carência (desconto). Esta carência está descrita em cada contrato, e cada um possui um período e % definidos.

Por se tratarem de contratos de aluguel de longo prazo, o reconhecimento da receita segue os preceitos descritos no CPC 06 Contratos de Leasing e o ICPC 03 Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRIC 4, SIC 15 e SIC27), isto é, a Empresa reconhece a receita de forma linear com base na duração dos contratos que possuem a cláusula do período de carência.

10. Outros ativos não circulantes

Refere-se a uma provisão de taxas de originação de empréstimo local, assinado em 28 de dezembro de 2017, com o Banco ING. De acordo com o contrato assinado, a QMC deverá pagar taxas no montante demonstrado no momento em que realizar a primeira chamada de empréstimo, que ocorrerá durante o ano de 2018.

11. Ativo Imobilizado e Intangível

	Depreciação / Amortização Taxa Anual	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Torres	(a)	318.038.782	272.759.252	318.038.782	272.759.252
Small Cells	(a)	18.255	18.255	18.255	18.255
Benfeitorias em Propr. Terceiros	(a)	408.860	408.860	408.860	408.860
Móveis e Utensílios	10%	419.164	388.706	419.164	388.706
Equipamentos de Informática	20%	440.957	307.436	440.957	307.436
Veículos	20%	498.552	498.552	498.552	498.552
Outros Ativos	10%	41.350	14.730	41.350	14.730
Software	20%	376.150	206.672	376.150	206.672
Intangível	(d)	40.000	0	40.000	0
		<u>320.282.069</u>	<u>274.602.463</u>	<u>320.282.069</u>	<u>274.602.463</u>
(-) Depreciação/Amortização Acumulada		-52.948.205	-32.011.424	-52.948.205	-32.011.424
Total		<u>267.333.864</u>	<u>242.591.038</u>	<u>267.333.864</u>	<u>242.591.038</u>
Imobilizado em Andamento	(c)	20.271.156	20.633.950	20.357.793	20.698.673
Terrenos		158.711	158.711	11.270.262	6.119.670
Direito de Superfície	(b)	0	0	2.872.332	0
(-) Amortização Acum. Direito Sup.		0	0	-19.932	0
		<u>287.763.731</u>	<u>263.383.699</u>	<u>301.814.319</u>	<u>269.409.381</u>

- (a) Os materiais das Torres que podem ser reutilizados são depreciados em 300 meses (25 anos). Todos os outros equipamentos/serviços.
- (b) O Direito de Superfície é uma concessão atribuída pelo proprietário do terreno a outrem, para construção e utilização durante certo tempo, salvo para realização de obra no subsolo a não ser que inerente ao objeto da concessão, mediante pagamento de valor fixo à vista. São amortizados de acordo com o período de cada contrato.

- (c) O imobilizado em andamento refere-se a materiais e serviços que serão utilizados na construção de novos sites (torres operacionais).
- (d) O intangível que é relacionado às torres, que não podem ser reutilizados são depreciados de acordo com o período de contrato de aluguel.

CONTROLADORA	Torres	Small Cells	Benfeitorias	Móveis e utensílios				Veículos	Outros Ativos	Software	Terrenos	Direito de Superfície	Intangível	Imobilizado em andamento		Total
				Hardware												
Custo																
Em 31 de dezembro de 2016	272.759.252	18.255	408.860	388.706	307.436	498.552	14.730	206.672	158.711	0	0	0	20.633.950	295.395.123		
Adições	45.438.383	0	0	30.458	145.936	0	26.620	169.478	0	0	0	40.000	1.811.801	47.662.676		
Baixas	-158.853	0	0	0	-12.414	0	0	0	0	0	0	0	-2.174.595	-2.345.863		
Em 31 de dezembro de 2017	318.038.782	18.255	408.860	419.164	440.957	498.552	41.350	376.150	158.711	0	0	40.000	20.271.156	340.711.936		
Depreciação e amortização acumulados																
Em 31 de dezembro de 2016	-31.122.041	-419	-319.443	-81.050	-148.211	-228.297	-4.345	-107.619	0	0	0	0	0	-32.011.424		
Depreciação/amortização anual	-20.617.554	-1.861	-59.611	-39.597	-70.209	-90.844	-3.290	-75.217	0	0	0	-1.412	0	-20.959.595		
Depreciação/amortização acumulada de ativos baixados	15.104	0	0	0	7.711	0	0	0	0	0	0	0	0	22.814		
Em 31 de dezembro de 2017	-51.724.490	-2.280	-379.054	-120.647	-210.710	-319.141	-7.635	-182.836	0	0	0	-1.412	0	-52.948.205		
Valor contábil																
Em 31 de dezembro de 2016	241.637.212	17.837	89.417	307.656	159.225	270.255	10.385	99.053	158.711	0	0	0	20.633.950	263.383.699		
Em 31 de dezembro de 2017	266.314.292	15.975	29.806	298.517	230.248	179.411	33.715	193.313	158.711	0	0	38.588	20.271.156	287.763.731		

CONSOLIDADO	Torres	Small Cells	Benfeitorias	Móveis e utensílios				Veículos	Outros Ativos	Software	Terrenos	Direito de Superfície	Intangível	Imobilizado em andamento		Total
				Hardware												
Custo																
Em 31 de dezembro de 2016	272.759.252	18.255	408.860	388.706	307.436	498.552	14.730	206.672	6.119.670	0	0	0	20.698.673	301.420.806		
Adições	45.438.383	0	0	30.458	145.936	0	26.620	169.478	5.150.592	2.872.332	40.000	0	1.833.715	55.707.514		
Baixas	-158.853	0	0	0	-12.414	0	0	0	0	0	0	0	-2.174.595	-2.345.863		
Em 31 de dezembro de 2017	318.038.782	18.255	408.860	419.164	440.957	498.552	41.350	376.150	11.270.262	2.872.332	40.000	0	20.357.793	354.782.456		
Depreciação e amortização acumulados																
Em 31 de dezembro de 2016	-31.122.041	-419	-319.443	-81.050	-148.211	-228.297	-4.345	-107.619	0	0	0	0	0	-32.011.424		
Depreciação/amortização anual	-20.617.554	-1.861	-59.611	-39.597	-70.209	-90.844	-3.290	-75.217	0	-19.932	-1.412	0	0	-20.979.527		
Depreciação/amortização acumulada de ativos baixados	15.104	0	0	0	7.711	0	0	0	0	0	0	0	0	22.814		
Em 31 de dezembro de 2017	-51.724.490	-2.280	-379.054	-120.647	-210.710	-319.141	-7.635	-182.836	0	-19.932	-1.412	0	0	-52.968.137		
Valor contábil																
Em 31 de dezembro de 2016	241.637.212	17.837	89.417	307.656	159.225	270.255	10.385	99.053	6.119.670	0	0	0	20.698.673	269.409.381		
Em 31 de dezembro de 2017	266.314.292	15.975	29.806	298.517	230.248	179.411	33.715	193.313	11.270.262	2.852.400	38.588	0	20.357.793	301.814.319		

As adições de imobilizado contém a provisão para desmobilização de ativos, no montante de R\$1.015.030,00 (2016 - R\$906.176,00).

A Paraná Terras Ltda possui em seu Ativo Imobilizado terrenos e direito de superfície que foram adquiridos, que representam R\$13.983.883 em 2017 e R\$5.960.959 em 2016.

12. Investimento em empresa controlada

A participação societária direta da Empresa em controlada, avaliada pelo método de equivalência patrimonial é demonstrada a seguir:

Controlada	Capital social	Patrimônio Líquido	Quantidade de quotas	% de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado do exercício	Saldo de investimento	
							2017	2016
Paraná Terras Ltda	9.000.000	11.041.775	899.999	99,99%	0	0	11.041.775	7.155.169

Saldos e movimentações dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)	4.462.176
Em 31 de dezembro de 2016	
Investimento entre Empresas	1.767.000
Ajuste de equivalência patrimonial	925.993
	<u>7.155.169</u>
Em 31 de dezembro de 2017	
Investimento entre Empresas	2.797.741
Ajuste de equivalência patrimonial	1.088.865
	<u>11.041.775</u>

13. Contas a Pagar

Esta rubrica é composta por contas a pagar a Fornecedores recorrentes da Empresa referentes a construção das torres e também à manutenção da empresa, e também contas a pagar referente à Locação de Terrenos onde as Torres estão instaladas.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fornecedores a Pagar	5.570.232	2.063.775	5.976.400	2.063.775
Proprietários de Terrenos a Pagar	2.562.344	2.018.334	2.562.344	2.018.334
Total de Contas a Pagar	8.132.576	4.082.108	8.538.744	4.082.108

14. Provisões

Esta rubrica é composta por Provisões de contas a pagar a Fornecedores recorrentes da Empresa referentes a construção das torres, taxas referente a originação do empréstimo local com o Banco ING e também à manutenção das atividades da empresa.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Provisões de Imobilizado em Andamento	3.703.044	4.724.549	3.703.044	4.724.549
Provisões taxas de originação de empréstimo local	3.050.000	0	3.050.000	0
Outras Provisões Diversas	1.643.213	1.026.604	1.643.213	1.026.604
Total de Provisões de Contas a Pagar	8.396.257	5.751.153	8.396.257	5.751.153

15. Salários e Relacionados a Pagar

Esta rubrica é composta por Provisões de Salário e 13º a Pagar, bem como Impostos a Pagar.

As Provisões relacionadas a folha de pagamento são compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Empréstimo consignado a funcionários	19.414	0	19.414	0
Provisão para Férias e Encargos	1.201.613	844.170	1.201.613	844.170
Provisão para Participação nos Resultados	2.907.514	2.468.640	2.907.514	2.468.640
Total de Provisões de Pessoal	4.128.542	3.312.810	4.128.542	3.312.810

16. Impostos a Pagar

Esta rubrica é composta por todos os impostos e contribuições que a Empresa ainda tinha em suas obrigações a pagar, tais como:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Obrigações Fiscais a Recolher	890.221	1.328.863	956.512	1.361.765
Impostos Retidos a Recolher	233.088	269.142	233.088	269.193
Obrigações Trabalhistas a Recolher	315.273	361.239	315.273	361.239
Total de Impostos a Pagar	1.438.581	1.959.244	1.504.873	1.992.197

17. Provisão para desmobilização

Quando requerido, a Empresa reconhece o valor justo das obrigações para remover os seus ativos e devolver o local/terreno locado da mesma maneira em que estava quando do fechamento do contrato de locação. Geralmente, os custos associados à retirada dos ativos são capitalizados como parte do valor contábil do ativo e depreciado de acordo com sua vida útil estimada e a obrigação é acumulada até a data estimada da liquidação do passivo.

A Empresa atualizou suas premissas usando uma estimativa da obrigação da retirada de seus ativos, que resultou em um aumento líquido durante o ano finalizado em Dezembro de 2017. Esta mudança resultou principalmente nas alterações de datas de liquidação e premissas do custo. O valor justo estimado da obrigação de retirada dos ativos geralmente envolvem descontos nas estimativas de fluxo de caixa futuro. O acréscimo periódico de tais passivos por conta desta alteração do tempo está incluído nas Despesas Gerais e Administrativas das Demonstrações Individuais e Consolidadas. Ajustes também foram realizados nas obrigações de retirada dos ativos

para refletir mudanças nas estimativas de tempo e valores de fluxo de caixa esperados, com um ajuste de compensação feito em seu ativo tangível relacionado. As premissas significativas utilizadas na estimativa das brigações de retirada de ativos são: tempo de retirada da torre; custo de retirada da torre; tempo e número renovações de terrenos alugados; expectativa de inflação; e taxas de juros sem risco que se aproximam da taxa de endividamento incremental da Empresa.

As alterações no valor contábil das obrigações para retirada de ativos da Empresa foram as seguintes:

	2017	2016
Saldo inicial - Obrigação de Retirada de Ativos	3.550.198	2.439.515
Obrigações Incorridas	780.283	578.823
Despesas Acumuladas	289.281	204.507
Revisão da Estimativa	234.747	327.353
Saldo final - Obrigação de Retirada de Ativos	4.854.509	3.550.198

18. Partes relacionadas – Não circulante

Todos os recursos enviados para a Empresa durante o ano de 2017 foram realizados através de Empréstimos de Longo Prazo. A composição das partes relacionadas (NC) em 31 de Dezembro era:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Intercompanhia - QMC International Holding	315.809	0	315.809	0
Empréstimo - QMC Telecom Brazil LP	21.233.058	0	24.672.411	0
Total de Partes Relacionadas (NC)	21.548.867	0	24.988.220	0

19. Capital Social

Em 31 de Dezembro de 2016, o Capital Social da Empresa integralizado era composto por 22.101 quotas, com valor nominal de R\$12.000 por ação. 99,88% das quotas são detidas pela QMC Telecom Brazil, L.P.

Na mesma data, há um valor de R\$21.660.491 registrado como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), que foi incorporado ao Capital Social mediante a 9ª Alteração do Contrato Social de 17 de fevereiro de 2017, registrado na JUCESP em 03 de Março de 2017.

Durante o ano de 2017 foram recebidos e integralizados recursos no valor total de R\$17.181.170, ficando ainda um saldo de capital a integralizar ao final do ano de R\$51.158.339.

Em 31 de Dezembro de 2017, o Capital Social da Empresa era composto por 29.601 quotas, com valor nominal de R\$12.000 por ação, que representa um aumento de R\$90.000.000 no capital da Empresa. 99,99% das quotas são detidas pela QMC Telecom Brazil, L.P.

20. Receita Operacional Líquida

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita de locação de torres, roof tops e small cells	74.528.420	59.158.966	74.528.420	59.158.966
Impostos sobre receita de locação	<u>-6.893.882</u>	<u>-5.310.537</u>	<u>-6.962.491</u>	<u>-5.351.676</u>
Receita líquida	67.634.538	53.848.429	67.565.929	53.807.290

21. Transações com partes relacionadas

A Empresa possuía um saldo de transações com 2 de seus investidores, ativamente relacionados com a operação local.

Tais transações não são caracterizadas como remuneração, visto que a mesma é efetuada pelos controladores e não há repasse de valores à Companhia.

Adicionalmente, também possuía transações entre as Empresas Paraná Terras Ltda e QMC DAS do Brasil C.I. Ltda., esta última sendo do grupo de empresas da QMC Telecom International Holdings, LLC.

Segue a demonstração da distribuição dos valores:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativo Circulante				
Investidores pessoas físicas	17.925	0	17.925	0
Ativo Não Circulante				
Paraná Terras Ltda.	692.215	55.183	0	0
QMC DAS do Brasil C.I. Ltda	<u>1.529.076</u>	<u>463.087</u>	<u>1.529.076</u>	<u>463.087</u>
	2.221.291	518.270	1.529.076	463.087
Passivo Circulante				
Investidores pessoas físicas	668	62.707	668	62.707

22. Outros custos de operação

Nesta conta são registrados os custos de operação, constituídos principalmente pelos custos de aluguel de terrenos, energia elétrica, reparos e manutenção em torres.

23. Despesas gerais e administrativas

Esta conta inclui as despesas de pessoal, viagens, honorários profissionais, depreciação e amortização e outras despesas administrativas.

24. Imposto de renda e contribuição social corrente

(a) Demonstração do cálculo dos créditos tributários (encargos) com imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social - das operações continuadas	(490.333)	(7.404.728)	(309.823)	(7.306.102)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	166.713	2.517.608	105.340	2.484.075
Reconciliação para a alíquota efetiva				
Efeito de resultado de equivalência patrimonial	370.215	314.838	-	-
Imposto diferido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias não constituído	(529.202)	(2.832.445)	(529.202)	(2.832.445)
Ajuste do cálculo de controlada tributada pelo lucro presumido			251.079	249.742
Outras	(7.727)	-	(7.727)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(0)</u>	<u>(0)</u>	<u>(180.509)</u>	<u>(98.629)</u>
Corrente	-	-	180.510	98.629
Diferido	-	-	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(0)</u>	<u>(0)</u>	<u>0</u>	<u>0</u>

(b) Em 31 de dezembro de 2017, a Empresa possuía prejuízos fiscais acumulados no valor de R\$23.804.853,55, que poderão ser utilizados com lucros tributáveis futuros limitados anualmente a 30% desses lucros.

25. Contingências

A Empresa possui contingências passivas em andamento, cujas avaliações por seus assessores jurídicos foram consideradas de risco provável e registradas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, no montante total de R\$154.490.

Além dessa, outras contingências foram avaliadas como possíveis e eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$1.101.070. Nestes casos, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

26. Novas práticas contábeis

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

CPC 48 – Instrumentos Financeiros: aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes: essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil: com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para

exercícios iniciados em ou após 1o de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A norma irá impactar o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que o Grupo tem em aberto.

27. Eventos Subsequentes

A Empresa assinou em 28 de dezembro de 2017 junto ao ING BANK N.V., filial de São Paulo, um contrato de Financiamento, cujos recursos deverão ser utilizados integral e exclusivamente para financiar a construção, aquisição ou melhoria de torres, aquisição de imóveis ou pagamento de compromissos corporativos gerais aprovados previamente pelo credor.
